

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho 25 – Cultura, Crítica e Democratização

**O clima da música: possibilidades de uso do conceito
de *Stimmung* a partir dos estudos culturais**

Paulo Rodrigues Gajanigo
Universidade Federal Fluminense

Apresento, para os colegas da Sociedade Brasileira de Sociologia, proposta de uma pesquisa em fase inicial, com algumas reflexões já dos poucos desenvolvimentos, na expectativa de que no diálogo a pesquisa amadureça mais.

Em 1984, o programa de TV “Bar Academia” apresentou entrevista com Gonzaguinha. Num bate-bola editado, o apresentador Walmor Chagas pergunta: “Abertura?”. E segue a resposta do cantor e compositor: “A medida que as pessoas vão me gravando é a medida em que vou abrindo a minha pessoa para que as pessoas possam me gravar”. Não fica claro, pela edição do programa, se de fato Gonzaguinha estava respondendo a essa pergunta, ou se a edição teria pinçado a frase e selecionado para o tema sobre abertura. Para nosso interesse, trata-se de um aspecto secundário. Em 1984, o debate sobre abertura já completava 10 anos, chegando ao episódio decisivo sobre a emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente. O que chama nossa atenção nesse trecho é a forma sentimental com que a ideia de abertura se apresenta.

Abertura foi a imagem central com a qual o debate sobre a redemocratização se organizou. O que este trecho insinua é que abertura não foi um tema restrito ao debate diretamente político, mas circulou em diversos campos e deu sentido a práticas variadas. Toma-se a origem da imagem de abertura pela declaração de Geisel sobre uma abertura lenta e gradual após o enfraquecimento do regime militar indicados pela derrota eleitora de 1973 e o constrangimento público com o assassinato de Wladimir Herzog. Falou-se então de um movimento de abertura política. O curioso é que o termo não demorou para estar presente em outras esferas. Já no início de 1975, a Rede Globo produziu o “Abertura – Festival da Nova Música”¹. Outras iniciativas nos fazem crer que “abertura” virou uma imagem-chave do período, uma forma ampla de entender e de sentir esse momento histórico. Por exemplo, Glauber Rocha tinha

¹ Santuza Ribeiro e Isaura Botelho afirmam que há um engajamento imediato da Globo no processo da abertura política e compara com o modo em que a ditadura conduziu esse processo: de cima pra baixo (2005).

um programa chamado “Abertura” na Rede Tupi no final dos anos 70, onde apresentava múltiplas opiniões sobre o momento político.

Essa ideia parece senso comum entre historiadores e mesmo entre muitos dos que viveram o período. Existiria um “clima de abertura”. Podemos encontrar a evocação do clima de abertura por diversos sujeitos e variadas esferas. Na política, os representantes do governo Geisel evocavam a ideia de constituição desse clima, assim como a oposição tentava experimentá-lo. Na economia e na cultura, via-se tentativas de operacionalizar esse clima para as questões específicas dessas esferas. Nesse sentido, a abertura não foi só um rótulo para o período de transição política no país, mas também foi uma forma de compreensão ampla do período chegando a se constituir como sua autoimagem. Esse consenso sobre a marca do período parece ter naturalizado os processos de contágio entre as esferas sociais. Ou seja, pouco sabemos sobre como se transitava entre discussões sobre medidas de democratização do regime, a Lei da Anistia, a abertura ao capital estrangeiro, a diminuição da censura, etc., mas parecia evidente que havia um clima que envolvia tudo numa ideia de abertura. Nesta pesquisa estamos tomando a ideia amplamente aceita de “clima de abertura” como questão central. Não a tomamos para testá-la ou refutá-la. Mas sim como sendo o próprio objeto da pesquisa, considerando assim o clima como algo que pode ser estudado.

O clima como conceito

Se tomarmos o conceito de clima como uma possível tradução do termo em inglês *mood*, encontraremos atualmente um inicial mas profícuo debate. *Mood* evoca um processo duplo subjetivo e objetivo, externo e interno de sintonização. Diz respeito tanto ao sentimento, disposição interna, quanto a algo que parece estar no ar, na atmosfera. A expressão “*I’m not in the mood*” sugere isso. *Mood* é ao mesmo tempo nosso humor e o clima em que nos colocamos. Em português, dissemos “Não estou no clima”. Os estudos de mood geralmente se referem ao conceito alemão de *Stimmung* como seu correlato e muitos se

apoiam na acepção e uso desse conceito pelo filósofo Martin Heidegger. *Stimmung* evoca a ideia de afinação musical². Para Gumbrecht (2015), em inglês pode-se traduzir o conceito tanto por *mood* quanto por *climate*, sendo que cada um realça um elemento: *mood* mais interno e subjetivo e *climate* mais externo e objetivo.

Segundo Freiman e Felski:

Nosso humor/*mood* parece mais amplo do que somos, sua localização é difícil de determinar ou fixar. Nosso humor cinzento aborrece a todos; uma sensação de alegria banha tudo com uma luz rosa. No entanto, pensamos em nós como estando num certo estado de ânimo (e não o contrário); estamos envolvidos ou tomados por um clima. *Mood* é um sentimento de eu-e-mundo juntos. (2012, p.vii)

As autoras continuam: “*Moods*, então, são frequentemente compartilhados, coletivos e sociais, dão forma à nossa experiência de estar com os outros” (*Ibidem*, p.vii). Para Jonathan Flatley, “Nós nos encontramos em climas/*moods* que já foram habitados por outros, que já foram moldados e postos em circulação, e que já nos circundam”. (2008, p.5)

Os estudos de *mood*, como aponta Ben Highmore (2013), fazem parte da crescente atenção, nas ciências humanas, às questões sobre emoções, sentimentos e afetos, aquilo que ficou conhecido como virada afetiva (Clough, 2008). Para Patricia Clough, a virada afetiva representou uma ruptura com o pós-estruturalismo. Ainda que compartilhe com este a crítica à centralidade do sujeito, se afasta ao focar nos aspectos corpóreos e materiais em geral (2008, p.1). Fortemente influenciados pelas leituras contemporâneas da teoria de Espinosa, os estudiosos do afeto têm se dedicado a compreender os processos sociais no seu aspecto extralinguístico e não conscientes – o “in-between-ness” (Seigworth; Gregg, 2010, p.1), ou o “excluded middle” (Massumi, 2002, p32). Ao

² Em inglês, o termo foi recorrentemente traduzido por *mood* e *attunement*, em português também há uma oscilação entre humor e afinação, mas podendo ser traduzido também por atmosfera (Inwood, 2002, p.93).

nosso ver, o estudo sobre o clima da abertura a partir da teoria dos afetos coloca foco nos contágios e ressonâncias que a disposição por abertura dispara.

Em editorial da Folha de São Paulo, em 13 de fevereiro de 1977, afirma-se que:

Desde o início do governo Geisel, porém, o **espírito** distensionista tem-se **irradiado** por todo o tecido social. A imprensa, a Universidade, a Igreja (que de certa forma ajudaram a deflagrar o processo) foram sendo paulatinamente permeadas pela abertura política, e passaram a reproduzir, nessa mesma medida, a influência que sofriam.

A melhor prova disso, tivemos-la há uma semana quando importantes segmentos do empresariado passaram a utilizar-se, também eles, do **clima** de abertura política para reivindicar seus interesses.

Estimulada, por outro lado, pela pressão das dificuldades materiais ensejadas pela crise econômica, a distensão – ou, antes, seu **espírito** – foi-se passando para o âmbito da sociedade civil. (Folha de São Paulo, p.2) [grifos meus]

Chama a atenção o uso dos termos: espírito, irradiado, permeadas e clima. Em pauta desde 1974, a abertura ainda em 1977 parecia algo que se referia menos a medidas concretas e mais a algo etéreo, espiritual. É possível levantar a hipótese de que não se tratou somente de uma política de abertura, mas de uma política climática de abertura³. Numa pesquisa inicial e exploratória, encontramos as primeiras ocorrências do termo “clima de abertura” em jornais de grande circulação por meio de falas de representantes do governo federal⁴ ou do partido Arena, o que corrobora com argumento do editorial da FSP citado acima de que só aos poucos esse clima foi sendo considerado pela sociedade civil. O clima

³ Junto com a política governamental que apresentavam medidas de abertura (como a anistia) parece existir uma política de constituição de um clima pela qual o governo buscaria transmitir um “espírito democrático”.

⁴ Na primeira reunião ministerial, o recém empossado presidente Geisel expressa a ideia de criar um novo clima: “O governo realizará sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 1964”. (O Globo, 1974, p.1).

pode tanto ser um resultado não planejado pelos sujeitos como também pode ser produzido intencionalmente. Nesse caso, é relevante averiguar se e como havia uma política de constituição de um clima por meio das intervenções governamentais. E, conseqüentemente, vale averiguar como a sociedade civil vai se apropriando dessa ideia de abertura e como atua em relação a esse clima.

A contribuição dos estudos sobre afetos e emoções nos auxiliam nessa tarefa, já que permite focar não apenas na política, mas também as evocações da abertura em várias esferas. Tomando o clima como conceito, trata-se de olhar para a abertura como imagem, não como um discurso político propriamente. Nesse sentido, o clima pode ser também entendido como um meio de circulação de certas imagens, que são constituídas e constituidoras do clima.

Segundo Bresser-Pereira (1988), foi uma vitória do governo ditatorial a centralidade do termo abertura para o debate sobre a transição política. A esquerda até então trabalhava com o termo “redemocratização”. Para Bresser-Pereira, abertura sugeria um suave e controlado processo de transição. Grande importância é dada para o ritmo e intensidade da abertura. Pode-se indicar que a política governamental da abertura foi uma política de controle sobre o ritmo e intensidade da abertura – como diz Danielle Forget “É o governo, enfim, que oferece, decide e controla a abertura” (1994, p.104) –, o que é uma questão de quais medidas são tomadas mas também de como são tomadas e de que disposição afetiva se quer instaurar. A certeza, a partir de 1974, por parte importante do governo de que seria necessário pensar o fim do regime ditatorial dada pelas derrotas políticas, somada ao medo da oposição ocupar esse espaço de poder e também à necessidade de segurar a extrema-direita militar dentro do exército (Codato, 2005, p.94) parecem ter sido as determinantes para que a política de abertura tenha se formado como um lento processo de controle, pelo qual se apresentavam singelas medidas de democratização (por vezes até retrocessos quando o poder parecia mais ameaçado, como no pacote de abril), com a constituição de um clima que, para o governo, seria menos um incentivo ao processo de democratização e mais a criação de um espaço de educação

afetiva com o objetivo de que, ao final da transição, a considerada radicalidade dos movimentos sociais e partidos políticos se reduzisse. Como destaca Forget,

Na realidade, tais premissas - tidas como democráticas - jamais poderão ser consideradas a curto prazo, e são apresentadas como condicionadas à eliminação de toda ameaça comunista e à consolidação do capitalismo, mas os efeitos da nova temática rapidamente se fazem sentir, como era previsto. A temática anunciada serve para acalmar as tensões, transformando-se numa promessa acalentada, e será utilizada como objeto de negociação em vista de sua realização condicional. (1994, p.102)

O clima de abertura seria o campo no qual a luta política deveria ocorrer. Ao estabelecer essa condição, o governo pretendia excluir do terreno da legitimidade saídas por rupturas (de esquerda) e também propostas que mantinham a perspectiva das restrições dos direitos políticos justificadas por uma ameaça comunista (a extrema-direita militar); ao mesmo tempo, propunha uma gramática política que abria o terreno para diálogos com movimentos sociais, sindicatos, empresariado, etc. desde que realizado sobre extremo controle e tutela do governo. Segundo Adriano Codato,

se a "distensão política", sob a tutela dos militares, era a única forma imaginada pela elite no poder para resolver as contradições do aparelho militar e do próprio "regime militar", a "abertura política" permitiu a intervenção do empresariado nacional, das camadas médias e dos trabalhadores no jogo político. (2005, p.94)

Danielle Forget concorda com essa ambiguidade,

Em contrapartida, muito mais do que o governo, a sociedade civil torna-se responsável pela popularidade do tema da abertura, se julgarmos a situação no plano da circulação dos discursos. Apesar dos comentários lacônicos e sinais escassos sobre as reformas políticas acenadas da parte das autoridades, a reiteiração do tema da abertura se propaga sobretudo nos órgãos da imprensa. Pouco a pouco, a discussão da abertura começa a assumir a forma de pressão da opinião pública contra o governo. Pressão não no sentido de obrigar este último a se engajar de uma vez por todas na via da abertura, mas, pelo menos, a se definir ante a opção. Por conseguinte, o anúncio das perspectivas de mudanças políticas da parte do governo cai nas mãos da oposição, que dele se serve abundantemente, menos com intuítos reivindicatórios do que como uma promessa

contraída pelas autoridades ante o povo. Assim sendo, cabe ao governo se justificar. (1994, p.104-5)

A abertura como imagem da democratização

Pode-se ver, portanto, o processo de transição, a partir do que foi discutido acima, como um espaço de disputas sobre como se daria essa abertura, qual seu ritmo e intensidade. Considerando que tal processo significou a definição do termo abertura como eixo central e a constituição de um clima, a disputa política se deu também por meio da disputa das imagens da abertura.

Marilena Chauí, comentando a Ética de Espinosa, afirma que: “não há imagem alguma nem idéia alguma que não possua conteúdo afetivo e não seja uma forma de desejo” (2006, p.125). Nesta pesquisa, nos interessa pensar a imagem como condensadora dos afetos e desejos bem como estimuladoras destes. Por meio da disputa de imagens se disputa por disposições afetivas e, em última análise, os rumos dos processos sociais. Para Espinosa, segundo Chauí, a vivência corpórea vai à mente via a produção de imagens. As imagens, por tanto, são a matéria-prima das reflexões, são veículos dos afetos aos pensamentos. Os estudos de *mood*, em especial aqueles que partem do conceito heideggeriano de *Stimmung*, apresentam perspectiva afim, quando apontam que qualquer engajamento intelectual pressupõe algum *mood*. Ou seja, não existe um posicionamento sem que esteja relacionado a um clima, humor específico (Felski; Fraiman, 2012, p.vi).

A consequência dessa abordagem é tomar os processos políticos nos seus aspectos afetivos, emocionais e, portanto, estéticos. Nesse sentido, tem nos interessado investigar as produções de imagens sobre abertura, seja nos discursos de posicionamento anunciadamente político seja em outras esferas onde haja a produção dessas imagens, pois o circuito imagético não responde ao rigor dos assuntos discursivos, e sim ao múltiplo dos afetos.

Considerando a existência de um clima de abertura como conformação de uma arena de disputas não só por espaço no campo político mas também de

imagens de abertura (de como, qual ritmo e intensidade), interessa mapear as imagens para além da própria esfera política. Elencamos a produção musical como um relevante veículo de imagens, seja por ter um papel destacado na vida política nacional brasileira (Wisnik, 2005), especialmente nas décadas de 60, 70 e 80, seja por ser uma arte com forte presença no cotidiano e ter um importante papel na produção de clima, como veremos abaixo. Ao escolher duas esferas distintas para estudar a produção dessas imagens de abertura, nos aproximamos da compreensão da dinâmica do “clima de abertura”, já que, como tratamos, o clima não é algo restrito a uma esfera específica, mas é algo que envolve os sujeitos em suas práticas cotidianas.

Música como constituidora de clima

A partir da teoria dos afetos, os estudos sobre música buscam ampliar a compreensão para além dos aspectos semânticos, como, por exemplo, para a materialidade do som. Como afirmam Thompson e Biddle, “o som tem um papel integral no desenho dos contornos afetivos de nossas vidas cotidianas.” (2012). Tais contornos se dão menos pelas mensagens codificadas que a música fornece e mais pelos aspectos afetivos como ritmo, intensidade, energia, harmonia. Ouvir uma música pode ter o efeito imediato de alterar a paisagem, o clima que nos envolve (Seigworth, 2003, p.85).

A música popular, ou seja, a música que está presente no cotidiano, é uma destacada articuladora de modos de percepção e de significados. Considerando a distância que o afeto tem para com a emoção⁵ e a produção de significado, a música é uma mediadora: dispara afetos intensamente e ao mesmo tempo oferece referências de significado e emocionais para a experiência da escuta, ao vincular-se a certos estados emocionais e contextos

⁵ Para Brian Massumi, “Uma emoção é um conteúdo subjetivo, a fixação sociolinguística da qualidade de uma experiência que a partir deste momento é definida como pessoal. Emoção é uma intensidade qualificada, o ponto convencional e consensual de inserção de intensidade em progressões semântica e semiótica formadas, em circuitos narrativos de ação e reação, em função e sentido. Sua intensidade apropriada e reconhecida. (2002, p.28)

sociais apresentados na música (seja pela letra, pelos instrumentos, pela personalidade dos músicos, etc.). Portanto, tem-se o desafio resumido por Gilbert (2004): “A questão, portanto, está em como falar sobre música de uma forma que considere a elaborada fisicalidade dos efeitos materiais ao mesmo tempo que reconhecendo que tais efeitos serão mediados sempre pelas condições culturais – de fato bem discursivas – nas quais eles ocorrem”.

José Miguel Wisnik, ao tratar da relevância da música popular na vida social, afirma que “A música popular é uma rede de recados, onde o conceitual é apenas um dos seus movimentos: o da subida à superfície. A base é uma só, e está enraizada na cultura popular: a *simpatia anímica*, a adesão profunda às pulsações telúricas, corporais, sociais que vão se tornando linguagem” (2005, p.26). Espaço tenso de mediação entre som e significado, afeto e emoção, a música é um objeto privilegiado para o estudo do clima, seja porque na produção de imagens e sensações, a música transmite, reverbera certo ambiente social (o tom de voz, os instrumentos escolhidos, o ritmo, a intensidade...) seja porque a música dá forma a algo que ainda não é percebido amplamente.

Ben Highmore (2013), por exemplo, trata de como a música cria um ambiente ao falar de sua experiência juvenil como operador de projetor de cinema. Buscando ambientar a sala para o filme específico a ser passado, ele escolhia músicas que criassem esse *mood* específico. Mas podemos pensar no uso generalizado da música nos shoppings, metrô, espaços públicos ou coletivos que são alvo de uma política de produção de clima, de administração e controle das pessoas. A música tem papel central. Jorge de La Barre, por sua vez, trata na relação entre a “ocupação sonora do território” e exercício de biopoder na produção dos lugares pós-modernos, lugares que não tem função definida, onde a música *lounge* tem papel destacado em criar o ambiente sem função (La Barre, 2012).

De outro lado, Jacques Attali destaca como a música é um modo de percepção do mundo (1985, p.4). Organizar o ruído é organizar o mundo. Portanto, a música é, também,

um arauto, pois a mudança está inscrita no ruído mais rapidamente do que transforma a sociedade. Sem dúvida, a música é um jogo de espelhos em que toda atividade é refletida, definida, gravada e distorcida. Se olharmos para um espelho, vemos apenas uma imagem de outro. Mas, por vezes, um complexo jogo espelho produz uma visão que é rica, porque inesperada e profética. (*Ibidem*, p.5)

A perspectiva de Attali se aproxima da visão que Raymond Williams tem da arte como objeto privilegiado de estudo das estruturas de sentimentos. Segundo Grossberg,

Williams argumenta que textos artísticos tanto refratam quanto constituem a estrutura de sentimentos de seus contextos sociais. Por essa razão, de acordo com Williams, que é altamente valorizada. Não é somente a entrada e apresentação mais articulada da estrutura de sentimento, é também a produção mais honesta e reflexiva desta estrutura de sentimentos (1997, p.147).

A arte, portanto, seria uma articuladora, uma produtora de estrutura de sentimentos, opera no pré-emergente.

Música popular na abertura

A produção musical durante a abertura política ainda é pouco debatida (Bahiana, 1980; Gaspari; Ventura; Hollanda, 2000). São mais comuns estudos sobre o período dos “anos de chumbo” na música popular no Brasil e dos surgimentos de novos gêneros na década de 80. Pouco se produziu ainda para compreender esse interstício. Dois trabalhos se destacam, o de Marcos Napolitano (2010) sobre a música “mais politizada” desse período e o de Paulo César Araújo (2002), sobre a música cafonca. Em nossa abordagem não buscamos tomar de antemão as divisões de gêneros musicais, mas sim buscar nas músicas que foram amplamente difundidas a produção imagética da abertura. Com a contribuição da teoria dos afetos, busca-se não tomar de

imediatamente a separação entre música politizada ou engajada e música alienada ou comercial (Vasconcellos, 1976), já que a relação entre política e estética dá-se em um nível sentimental e afetivo para o qual essas categorias ficam nebulosas.

Marcelo Ridenti tratou do conceito de estrutura de sentimentos na música popular brasileira, especificamente, uma estrutura de sentimentos que vai operar durante os anos 60 e 70 no Brasil e que ele intitula como romântico-revolucionária. “O conceito de romantismo revolucionário foi adotado (...) como fio condutor para compreender o movimento contraditório das diversificadas ações políticas de artistas e intelectuais próximos de partidos e movimentos de esquerda, enraizados socialmente sobretudo nas classes médias” (2000, p.2)

O período que nos dedicamos a estudar se localiza ligeiramente após o centro do interesse de Ridenti. Trata-se, à primeira vista, do definhamento do termo revolução no vocabulário da intelectualidade e artistas. O termo abertura, com toda carga que tratamos acima, vai se ampliando e ganhando relevância social. Interessa-nos entender, portanto, como essa centralidade do termo abertura aparece na música e, considerando o aspecto inovador da música, se há na música formações embrionárias das imagens de abertura em disputa.

Os conceitos de clima e estrutura de sentimentos são bem próximos, muitas vezes podem se referir aos mesmos aspectos sociais. No entanto, Ben Anderson sugere o estabelecimento de uma diferenciação entre eles. Ambos os termos se referem a uma condição coletiva que media a maneira como a vida é sentida (2014, p.164). As estruturas de sentimentos tornam-se visíveis pela coerência de certa geração ou grupo na forma como sente e produz respostas às suas experiências. Nesse sentido, as estruturas de sentimentos coexistem, formas variadas de respostas competem-se. Já o clima, pensado como uma atmosfera afetiva, aponta para elementos vividos mais externamente, como uma tonalidade contextual na qual as respostas sentimentais são propostas.

Considerando essa pequena distância conceitual, é possível pensar que a pesquisa em andamento está mais interessada na produção da ambiência do que na identificação de uma estrutura de sentimentos específica. Se trata menos

de buscar uma resposta sentimental específica ao contexto da abertura, e mais de identificar o clima em que variadas respostas foram produzidas.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Ben. *Encountering affect: capacities, apparatuses, conditions*. Burlington: Ashgate, 2014.

ARAUJO, Paulo Cesar. *Eu não sou cachorro não*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ATTALI, Jacques. *Noise: the political economy of music*. Manchester: Manchester University Press, 1985.

BAHIANA, Ana Maria. *Nada será como antes: MPB nos anos 70*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. “Os limites da ‘abertura’ e a sociedade civil” In David Fleischer, org. *Da Distensão à Abertura*. Brasília: Editora UnB, 1988.

CHAUÍ, Marilena. “Espinosa: poder e liberdade”. In: Boron, Atilio A (org.). *Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx*. São Paulo: CLACSO, Universidade de São Paulo, 2006

CLOUGH, Patricia T. “The Affective Turn Political Economy, Biomedicine and Bodies”. *Theory, Culture & Society*, Vol. 25(1): 1–22, 2008.

CODATO, Adriano Nervo. “Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia”. *Rev. Sociol. Polit.*, n.25: 83-106, 2005.

FELSKI, Rita; FRAIMAN, Susan. “Introduction”. *New Literary History*, 43: v–xii, 2012.

FLATLEY, Jonathan. *Affective Mapping: Melancholia and the Politics of Modernism*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Crepúsculo e alvorada”. *Folha de São Paulo*. Primeiro caderno, 13 de fevereiro de 1977.

FORGET, Danielle. *Conquistas e resistências do poder*. São Paulo, EDUSP, 1994.

GASPARI; VENTURA; HOLLANDA (orgs.). *Cultura em Trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

Gilbert, Jeremy. "Signifying Nothing: 'Culture,' 'Discourse' and the Sociality of Affect". *Culture Machine*, vol. 6 n.1, 2004.

GROSSBERG, Lawrence. *Bringing it All Back Home: Essays on Cultural Studies*. Durham, Duke University Press, 1997.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung: sobre um potencial oculto da literatura*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2015.

HIGHMORE, Ben. 2013. "Feeling our way: mood and cultural studies". *Communication and Critical/Cultural Studies*. V.10, n.4, 2013.

INWOOD, Michael. *Dicionário Heidegger*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LA BARRE, Jorge. "Banal tríptico: poder, território, som", *Anais da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia*, São Paulo: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

MASSUMI, Brian. *Parallels of virtual: movement, affect, sensation*. Durham: Duke University Press, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. "MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982)". *Estud. av.*, vol.24, n.69, 2010.

O GLOBO. "As grandes metas do governo Geisel". *O Globo*. Capa, 20 de março de 1974.

RIBEIRO, Santuza Naves; BOTELHO, Isaura. "A televisão e o poder autoritário" In: NOVAES, Adauto. *Anos 70: ainda sobre a tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano; Senac Rio, 2005.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEIGWORTH, Gregory. "Fashioning a stave, or, singing life". In: SLACK, J. D. (org.) *Animations of Deleuze and Guattari*, New York: Peter Lang, 2003.

THOMPSON, Marie; BIDDLE, Ian. "Introduction: Somewhere between the signifying and the sublime". In: THOMPSON; BIDDLE (orgs.). *Sound, Music, Affect Theorizing Sonic Experience*. New York: Bloomsbury, 2013.

VASCONCELLOS, G. *Música popular: de olho na fresta*. Rio de Janeiro, 1976.

WISNIK, José Miguel. "O minuto e o milênio ou por favor, professor, uma década de cada vez". In: NOVAES, Adauto. *Anos 70: ainda sobre a tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano; Senac Rio, 2005.